



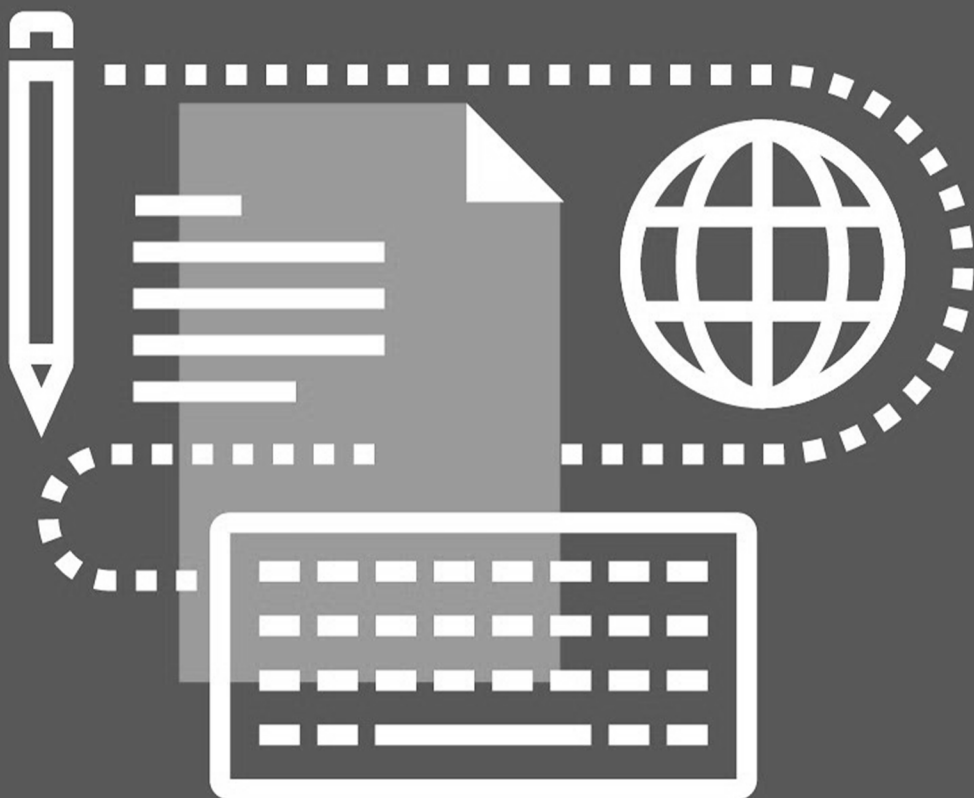
EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

7

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)


Ano 2020



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

7

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado

7

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 7 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-281-4
DOI 10.22533/at.ed.814201308

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional.
I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo destrato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. Precisamos criar diferentes espaços de resistência a todos os retrocessos que nos estão sendo impostos. O sétimo volume deste livro, intitulado “**Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, aqueles e aquelas que pensam e inter cruzam as diferentes interfaces educacionais

Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns a Educação.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país ou aqueles que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejo uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENTORNO DOS GRANDES RIOS: O PROJETO ESCOLAS D'ÁGUA NO BRASIL	
Edilzane Almeida Corrêa	
Leandro Monteiro Xavier	
Daniely Alves Almada	
Jaqueline Araújo da Silva	
Luiz Fernando Aguiar Júnior	
Taís Amaral Pires dos Santos	
Yasmim Cristina dos Santos Marques	
Marcelo Antonio Jose de Mesquita	
Sebastião Ribeiro Xavier Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.8142013081	
CAPÍTULO 2	11
RESILIÊNCIA E EDUCAÇÃO: UM PANORAMA DOS ESTUDOS BRASILEIROS	
Luciana Ramos Rodrigues de Carvalho	
Francismara Neves de Oliveira	
Jamille Mansur Lopes	
Maria Fernanda Maceira Mauricio	
DOI 10.22533/at.ed.8142013082	
CAPÍTULO 3	24
PERCEPÇÕES DE ESCOLARES ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	
Maria Albaneide Fortaleza	
DOI 10.22533/at.ed.8142013083	
CAPÍTULO 4	37
A PEDAGOGIA EMPRESARIAL COMO POSSÍVEL INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DO OUTRO NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL	
Luiz Alberto Borcsik	
Carlos Roberto da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.8142013084	
CAPÍTULO 5	48
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	
Luan Chagas Furlan	
Gemeniane Maria Sales	
Elisa Gomes Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.8142013085	
CAPÍTULO 6	71
DIFICULDADES PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR: A REALIDADE DE ALUNOS DO INTERIOR DE ALAGOAS	
Ana Kelly da Silva Fernandes Duarte	
Ana Karoline da Silva Fernandes Duarte	
Osman Cavalcante Júnior	
Ana Cláudia da Silva Fernandes Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.8142013086	

CAPÍTULO 7	79
MAPEAMENTO DO CLIMA ORGANIZACIONAL EM INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Adelcio Machado dos Santos	
Donizete Dala Santa	
Genéia Lucas dos Santos	
Scheine Neis da Cruz	
Joel Haroldo Baade	
DOI 10.22533/at.ed.8142013087	
CAPÍTULO 8	95
ESCOLA, SOCIEDADE E CULTURA – A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA MATRIZ CURRICULAR ESCOLA	
Adelcio Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8142013088	
CAPÍTULO 9	106
MAPEAMENTO, CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA A RESPEITO DA EDUCAÇÃO 4.0 NO PERÍODO DE 2015-2019	
Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza	
Lucas Capita Quarto	
Fábio Luiz Fully Teixeira	
Fernanda Castro Manhães	
Sebastião Duarte Dias	
DOI 10.22533/at.ed.8142013089	
CAPÍTULO 10	114
PROPOSTA INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A NEUROCIÊNCIAS E O ENVELHECIMENTO HUMANO	
Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza	
Lucas Capita Quarto	
Fábio Luiz Fully Teixeira	
Fernanda Castro Manhães	
Sebastião Duarte Dias	
DOI 10.22533/at.ed.81420130810	
CAPÍTULO 11	125
EDUCAÇÃO PARA A PAZ E A PEDAGOGIA SOCIAL: UMA INTERFACE	
Zilpa Helena Lovisi de Abreu	
Annaelise Fritz Machado	
Bruno Barbosa Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.81420130811	
CAPÍTULO 12	139
A HISTÓRIA ORAL COMO FONTE HISTORIOGRÁFICA NA EDUCAÇÃO	
Helen Arantes Martins	
DOI 10.22533/at.ed.81420130812	
CAPÍTULO 13	149
A SÉTIMA ARTE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Kárita Misaele Sousa Felipe	
Mirelle Fernandes Ferreira	
Gabriela dos Reis	
Wanderson Sant 'Ana de Almeida	

Kamila Kronit Bastos
Edlaine Faria de Moura Villela
DOI 10.22533/at.ed.81420130813

CAPÍTULO 14 155

A FORMA ESCOLAR NAS SOCIEDADES DE CONTROLE

José Eduardo Fonseca Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.81420130814

CAPÍTULO 15 169

EDUCAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO: DESAFIOS PEDAGÓGICOS

Adelcio Machado dos Santos

Alexandre Carvalho Acosta

Alisson Andre Escher

Inês Maria Gugel Dummel

Joel Haroldo Baade

DOI 10.22533/at.ed.81420130815

CAPÍTULO 16 177

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS

Gabriela Rocha Guimarães

Maria Madalena Gracioli

DOI 10.22533/at.ed.81420130816

CAPÍTULO 17 186

AS POLÍTICAS SOCIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: 1995 A 2016

Diana Gurgel Pegorini

DOI 10.22533/at.ed.81420130817

CAPÍTULO 18 199

A PEDAGOGIA JORNALÍSTICA

Vanderlei Souto dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.81420130818

CAPÍTULO 19 205

ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO ATRAVÉS DE UMA AÇÃO CURRICULAR EM COMUNIDADE E EM SOCIEDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cassiane Viana de Andrade

Natália Webler

Tilson Nunes Mota

Ridalva Dias Martins Felzemburgh

DOI 10.22533/at.ed.81420130819

CAPÍTULO 20 211

IMPACTOS DO CAPITALISMO E DO INDIVIDUALISMO NO ALUNO MODERNO: O ENFRAQUECIMENTO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro

Claudio José Amaral Bahia

DOI 10.22533/at.ed.81420130820

CAPÍTULO 21	219
A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO PROJETO AUTONOMIA CARIOCA: A RELAÇÃO DE UMA ACELERAÇÃO DE ESTUDOS COM ÍNDICES QUALIFICADORES DA REDE PÚBLICA CARIOCA (2010-2014)	
Elaine Rodrigues de Ávila	
Wania Regina Coutinho Gonzalez	
DOI 10.22533/at.ed.81420130821	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	231
ÍNDICE REMISSIVO	232

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Data de aceite: 03/08/2020

Luan Chagas Furlan

Universidade do Oeste Paulista, Faculdade de Artes, Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente Presidente Prudente-SP
<http://lattes.cnpq.br/9944362099568280>

Gemeniane Maria Sales

Universidade do Oeste Paulista, Faculdade de Artes, Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente Presidente Prudente-SP
<http://lattes.cnpq.br/4424167773575389>

Elisa Gomes Magalhães

Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR Presidente Prudente - SP
<http://lattes.cnpq.br/4576173144586634>

RESUMO: A presente pesquisa fundamenta-se em um estudo acerca da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico que contribui para a gestão escolar democrática. O PPP estabelece as diretrizes na instituição e a gestão democrática atinge a realidade socioeducativa da comunidade escolar. É relevante o tema proposto, visto que todas as instituições de ensino necessitam de uma proposta pedagógica que a norteie, mas para que essas propostas sejam significativas a todos os envolvidos com a escola, se faz necessário a construção

democrática do PPP. Essa pesquisa teve como objetivo geral investigar a relevância da construção do PPP como contribuição para uma gestão democrática na escola pública e como objetivos específicos verificar a luz do referencial teórico constituído na pesquisa bibliográfica, o papel dos atores responsáveis pela construção do PPP na escola, tais como: equipe escolar, envolvendo gestão, professores, funcionários; os estudantes; a família; a comunidade, discutir como se dá a construção do PPP de forma democrática no espaço escolar e discutir as ações que colaboram para a participação efetiva de todos envolvidos. O estudo configura-se na perspectiva da pesquisa qualitativa, com enfoque na pesquisa bibliográfica e baseou-se em análises de livros e documentos. Considerou-se, ao longo dessa pesquisa, que todos os envolvidos com a instituição de ensino são responsáveis pelas propostas estabelecidas na escola, sendo assim, a equipe gestora e os demais funcionários, juntamente com a comunidade escolar, precisam construir o PPP. Por fim, evidenciou-se as ações necessárias e o papel de cada ator nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto político pedagógico. Gestão democrática. Participação. Qualidade de ensino.

PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT: CONTRIBUTIONS TO A DEMOCRATIC SCHOOL MANAGEMENT

ABSTRACT: The present research was based on a study about the collective construction of the Political Pedagogical Project that contributes to democratic school management. The PPP establishes the guidelines in the institution and democratic management impacts the socio-educational reality of the school community. The proposed theme is relevant, since all educational institutions need a pedagogical proposal that guides it, but for these proposals to be meaningful to all those involved with the school, it is necessary to build the democratic PPP. This research had as general objective to investigate the relevance of the construction of the PPP as a contribution to a democratic management in the public school and as specific objectives to verify the light of the theoretical reference constituted in the bibliographic research, the role of the actors responsible for the construction of PPP in the school, such as: school staff, involving management, teachers, staff; the students; the family; the community, discuss how the construction of the PPP in a democratic way in the school space and discuss the actions that collaborate for the effective participation of all involved. The study was based on the perspective of a qualitative research, whose focus was on bibliographic research on the subject, so it was based on the analysis and investigation of books and documents. Throughout this research, it was considered that all those involved with the educational institution are responsible for the proposals established in the school, so the management team and other employees, together with the school community, must establish the PPP. Finally, the necessary actions and the role of each actor in this process were evidenced.

KEYWORDS: Political Pedagogical Project. Democratic Management. Participation. Teaching quality.

INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir apresenta os aspectos de uma gestão democrática influenciada por meio da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) dentro das instituições de ensino, visto que as instituições necessitam de uma proposta pedagógica elaborada por todos que a compõem.

O PPP é um importante instrumento que viabiliza a organização institucional dentro dos princípios de uma gestão democrática nas escolas públicas, pois segundo Paro (2007) “[...] a gestão democrática em uma escola é utilizar de todos na gestão escolar, sendo eles: grêmios estudantis, conselho de escola, pais, mestres e alunos”. A construção do PPP na perspectiva da gestão democrática, busca maior participação dos agentes escolares e reflete o papel da escola, mostrando o modo como ela é constituída e toda sua proposta pedagógica no que se refere às suas práticas.

Considerando sua relevância, o PPP não pode ser apenas um documento construído e encaminhado para os departamentos superiores de Educação simplesmente

para que as normatizações oficiais sejam cumpridas e depois arquivadas em uma gaveta, o mesmo deve ser um documento contínuo e reestruturado quando necessário, indo além do cumprimento burocrático. Nesse sentido, o movimento da dinâmica vivida nas escolas estarem constantemente mudando e novas ideias pedagógicas surgirem, o PPP precisa ser discutido por todos os envolvidos com a instituição para que essas novas práticas inseridas aprimorem a gestão democrática.

Segundo Veiga (2011), o PPP precisa ser construído e vivenciado por todos que estão envolvidos com a escola, cada indivíduo tem um papel fundamental no processo de construção, pois cabem a todos decidirem os tipos de cidadãos que queremos formar e garantir a permanência da qualidade de ensino para todos.

Toda unidade escolar necessita de um instrumento norteador para que a realização de suas ações se efetive, e a construção democrática do PPP é esse instrumento motivador. Dessa forma, este estudo se justifica inicialmente pela necessidade de provocarmos novas discussões e reflexões sobre essa temática no âmbito das discussões educacionais.

Uma gestão escolar democrática é indispensável e é prerrogativa da Educação escolar conforme se observa na legislação vigente, bem como o artigo 14, inciso I e II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), número 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 que cita como deve ser a elaboração do PPP e a participação de todos nesse processo. Considerando todos os desafios vivenciados pelas escolas no contexto das mudanças históricas, culturais e sociais, o PPP tem a função de detectar, propor metas e objetivos para que a escola seja um espaço de pleno desenvolvimento e emancipação dos sujeitos.

Entender que o PPP está sempre em construção tem sido uma prática que vezes parece ser esquecida, tornando-se necessário que seus agentes escolares compreendam esse processo, e que haja uma preocupação em desenvolvê-lo conforme as especificidades do contexto educativo de cada instituição. A gestão escolar tem um papel muito importante para a formação e divulgação do PPP para que os objetivos estabelecidos sejam alcançados e que seu papel como tarefa socioeducativa seja cumprido.

De acordo com Maia e Costa (2013), refletir a função social da escola considerando todo o contexto social da mesma, visando a melhoria do ensino-aprendizagem, é uma das funções do PPP. Todas as escolas devem estabelecer o ensino com base em objetivos educacionais, em consequência disso, estabelecem também suas funções sociais. O PPP é o documento vívido que norteará o alcance das propostas pedagógicas e sociais, promovendo a cidadania nas instituições e participação coletiva da comunidade.

Diante disso, consideramos que a concretização do PPP no cotidiano escolar é uma forma de evidenciar o cumprimento da função social da escola, bem como de suas reflexões pedagógicas. Além disso, promover essa discussão no âmbito da formação inicial dos futuros pedagogos pode promover, em nosso entendimento, em uma reflexão antecipada sobre as possibilidades de atuação deste profissional no âmbito escolar,

justificando-se assim, o tema deste artigo.

No percurso de construção da temática desta pesquisa, algumas questões nos ajudaram a conduzir esse estudo, tais como: Por que em muitas instituições de ensino o PPP não é construído de forma democrática? Quais são as maiores dificuldades encontradas em construir o PPP com a participação de todos os envolvidos? Quem são esses envolvidos? Por conseguinte, a partir da constituição desse tema, os objetivos foram construídos no intuito de delimitarmos a proposta de pesquisa que estamos lançando.

Essa pesquisa teve como objetivo geral investigar a relevância da construção do PPP como contribuição para uma gestão democrática na escola pública, e por objetivos específicos: verificar à luz do referencial teórico constituído na pesquisa bibliográfica, o papel dos atores responsáveis pela construção do PPP na escola. Entendemos como atores/agentes escolares todos que se integram à escola, como: equipe escolar, envolvendo gestão, professores, funcionários; os estudantes; a família; a comunidade, discutir como se dá a construção do PPP de forma democrática no espaço escolar e refletir as ações que colaboram para a participação efetiva de todos envolvidos.

METODOLOGIA

Toda pesquisa começa com um motivo, um tema ou uma busca por uma resposta de um problema que atinge uma área do conhecimento. Sendo assim, para que pudéssemos abordar a temática levantada, considerando sua problemática e os objetivos desse estudo, este trabalho assentou-se em uma abordagem metodológica qualitativa que encontra na pesquisa bibliográfica possibilidades para fazer o aprofundamento da compreensão de uma organização social. O método utilizado foi o lógico-dedutivo em que se discute a temática do conteúdo geral para o específico, abordando-o de forma dialética. Trata-se de uma forma de investigar por meio do confronto das ideias. Muito usada pela filosofia e pela metafísica, este método permite uma reflexão estritamente racional, em que uma forma de diálogo leva a um consenso em prol da verdade. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria (GIL, 2007).

A pesquisa não se preocupou com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Segundo Gil (2007), esse tipo de pesquisa passa por um processo de várias fases, desde a problematização até a resolução e discussão sobre os resultados.

Esse trabalho teve como principais referências teóricas Ilma Veiga (2011), Heloísa Lück (2006), Vitor Paro (2007) e Legislações Nacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96 e Constituição Federal de 1988. Esses

autores e documentos colaboraram para que os objetivos pudessem ser estudados e analisados.

A DEMOCRATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Libâneo (2008) ressalta que a democratização do ensino deve ser pautada nos princípios de igualdade e da diversidade, em que todos têm o direito do acesso à escola, frequentando uma instituição que promova o desenvolvimento das capacidades socioculturais dos alunos. Deste modo, é necessário que toda a gestão escolar de uma instituição seja compatível com a realidade social da comunidade local a qual a escola está inserida. Infelizmente, durante um longo processo histórico, o Brasil enfrentou muitos desafios para que a democracia se tornasse um direito de todos.

O contexto histórico da Educação brasileira revela que mesmo antes do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, uma luta vinha sendo travada em prol de uma educação pública, laica, gratuita e para todos. Esse grupo formado por educadores brasileiros reivindicaram uma nova política nacional de Educação, cobrando do Estado que o ensino formal fosse inteiramente de responsabilidade do Poder Público, ensino esse que até então era dominado pelo catolicismo (SAVIANI, 2007).

No processo de análise documental das Constituições Federais que já foram promulgadas em nosso país, é possível perceber que somente a partir da Constituição de 1934, a Educação começa a ser enxergada em forma de lei, porém, a democratização do sistema de ensino ainda não era prevista, ou seja, a ideia de uma gestão escolar participativa ainda não era empregada (BRASIL, 1934).

Em 1961, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024/61, contudo, o ensino tradicional ainda era mantido de maneira descontextualizada e a Educação continuava sem considerar a realidade sociocultural dos estudantes. Embora o ensino já fosse um direito de todos e de responsabilidade do Poder Público, a concepção tradicional ainda se fazia muito presente, limitando o ensino devido às crenças e práticas que mantinham seus princípios acima do que a legislação previa, deixando de lado a democratização de um ensino crítico e com qualidade, que nem mesmo a LDBEN da década de 60 era capaz de determinar com clareza (BRASIL, 1961).

Saviani (2007), discute que antes mesmo da década de 1980, o modelo de gestão que se tinha era aquele em que as obrigações eram de cumprir ordens de departamentos superiores, supervisionando e controlando o trabalho dos profissionais para que não sofressem punições. Os dirigentes escolares precisavam cobrar os professores para que os alunos tivessem notas boas e o papel dos educandos era de cumprir com as regras da escola, respeitando e obedecendo os professores e cumprindo com a obrigatoriedade de

decorar o conteúdo estudado, se adequando a um sistema de ensino para que tivessem bons resultados.

Mas, a partir da década de 1980, Lück (2006) aponta que ocorreram muitas mudanças na Educação brasileira com a busca pela descentralização e democratização da gestão escolar. Essa busca também vinha sendo acompanhada junto da população trabalhadora que necessitava do direito ao acesso dos filhos na escola pública e pelos grandes problemas dos sistemas de ensino que estava em falta: grande demanda por vagas, altas taxas de abandono e reprovação escolar. Esse cenário também retratava a luta dos professores junto aos sindicatos para a reivindicação da valorização profissional, dos planos de carreira e salários.

Somente com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que o termo “gestão democrática do ensino público” aparece claramente em seu artigo 206, garantindo inclusive o direito à igualdade, liberdade e pluralismo:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988)

Sendo confirmado pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), o modo em como o ensino deverá ser ministrado, com princípios democráticos e participativos, no artigo 3º:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 1996)

Observamos nessa leitura, ainda que a atual LDBEN nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) não especifique com precisão os aspectos da gestão escolar democrática, são evidentes os princípios norteadores para a gestão da escola pública, sinalizando a forma como a democracia se fará presente nas instituições de ensino, mediante inclusive ao Projeto Político Pedagógico:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

A participação e a democratização do ensino estão intimamente ligadas, considerando que toda a Educação Básica necessita de um norteamento de acordo com as particularidades de cada instituição escolar. O Projeto Político Pedagógico das escolas necessita dessa organização democrática, visto que todos os seus integrantes precisam se enxergar dentro das propostas estabelecidas na instituição de ensino.

Finalmente, consideramos, diante do panorama levantado que foram muitas as discussões e debates até conquistarmos a ampliação do acesso ao Ensino Público e de uma busca pela Gestão Democrática. Compreendemos que construir uma relação democrática é um processo que demanda cooperação e parceria entre a instituição escolar, comunidade e famílias.

Assim, como um direito garantido mediante as leis, a democracia dentro das escolas precisa ser autônoma, cuja a finalidade da instituição seja criar seus próprios caminhos e metas dentro da comunidade de forma participativa (LÜCK, 2006). Portanto, a gestão

democrática deve ser tratada com devida importância e construída de forma crítica para que ao longo desse processo, as questões de necessidades das instituições de ensino públicas sejam sanadas e interligadas com todo o núcleo do ambiente escolar, propiciando uma democracia de direito a todos.

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: PARTICIPAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO

Tomando bases que norteiam o trabalho dos gestores, é importante entender o que é gestão escolar democrática. Lück (2006) conceitua gestão como um processo de mobilização em que os integrantes atuam de maneira mais plena possível, atingindo a realidade educacional na qual consiste em seu trabalho.

Para a autora, o trabalho da gestão deve acontecer de forma coletiva, envolvendo todos membros. Além da participação de todos, a gestão é responsável por promover situações que modificam a realidade em que a rede de ensino se encontra, divulgando os processos que precisam ocorrer para que se possa acontecer uma democracia (LÜCK, 2006).

Lück (2006, p. 16) discute que: “[...] para que professores se familiarizem com concepções e processos de gestão, como membros da escola, é necessário que participem de forma efetiva do processo de planejamento do projeto pedagógico da escola”. Isso contribui para que o ensino e aprendizagem ocorra de maneira significativa, sendo assim, a gestão que vai elaborar o direcionamento e divulgação da participação coletiva para que esse movimento ocorra, no qual o processo de ensino e de aprendizagem se desenvolvam com qualidade, atendendo às necessidades específicas dos alunos na educação escolar.

Frente a isso, compreendemos que no ambiente escolar, quando há participação de todos, geram-se discussões, ou seja, há um diálogo no qual se pode traçar objetivos, metas, ações e responsabilidades que levam a instituição a desenvolver uma gestão escolar democrática. Essa proximidade gera uma melhor relação entre ambos os lados, havendo uma interação melhor, em que todos são livres para questionar e indagar ações a serem feitas, sem uma gestão autoritária e unilateral. É muito comum envolver os participantes naquilo que é de interesse próprio, porém, temos que quebrar esse paradigma, pois só haverá gestão escolar democrática quando todos estiverem com seus papéis ativos e esclarecidos, como aponta (LÜCK, 2006).

O artigo 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) destaca a Gestão Democrática como forma de lei, destacando ainda que em nossa atual Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) garante que os estabelecimentos de ensino público da Educação Básica estabelecerão um sistema de ensino democrático com base na participação dos profissionais da Educação e comunidade na elaboração da proposta pedagógica da escola. Isso demonstra que é necessário haver um espaço para que aconteça a democratização dentro das escolas.

Contudo, Paro (1992) alerta aos gestores que as dificuldades materiais que as escolas vivenciam não podem ser vistas como impeditivas da construção da participação e da democracia nas discussões no contexto escolar. Além disso, elas não podem impedir que o processo de ensino seja realizado da melhor forma possível, as dificuldades devem ser constantemente refletidas e o coletivo escolar precisa buscar formas de saná-las, especialmente, reivindicando as melhorias junto aos órgãos superiores.

O autor analisa também que infelizmente muitas instituições públicas não deixam a comunidade participar do processo de decisões, porém “[...] uma escola perpassada pelo autoritarismo em suas relações cotidianas, muito dificilmente permitirá que a comunidade aí se faça presente para participar autonomamente de relações democráticas”, sendo assim, a escola pública acaba não cumprindo um dos papéis mais importantes, que é a democratização do sistema de ensino (PARO, 1992, p. 265).

Nessa vertente, Araújo (2000) afirma que para ocorrer uma gestão democrática é preciso haver quatro elementos indispensáveis: participação, pluralismo, autonomia e transparência, ou seja, não basta apenas apresentar uma proposta e afirmar que é a melhor, mas sim, deve haver uma discussão, envolvimento de todos, não delimitando a discussão.

Os quatro elementos discutido pelo autor são de grande relevância, levando em conta como ocorre a gestão democrática. O pensar diferente, o inovar, pode parecer assustador, mas por meio deles, é possível observar e enxergar que dentro das escolas há diferentes realidades sociais, culturais, socioeconômicas, que podem gerar conflitos, por isso a importância da autonomia, mas só é possível a partir do momento em que a rede de ensino possibilitar essa ação.

A transparência está relacionada ao que a escola com uma gestão democrática pode oferecer, ou seja, um espaço público, de todos:

[...] transparência afirma a dimensão política da escola. Sua existência pressupõe a construção de um espaço público vigoroso e aberto às diversidades de opiniões e concepções de mundo, contemplando a participação de todos que estão envolvidos com a escola (ARAÚJO, 2000 p. 155).

A autonomia é outro aspecto relevante, pois está relacionada às ações dos profissionais em adequar as práticas de acordo com a realidade social da comunidade escolar e isso influencia não somente nas questões pedagógicas, mas também nos aspectos administrativos e financeiros da escola (LÜCK, 2006). Sendo assim, todos têm o direito de participar das decisões e acompanhar todo o processo que envolve as questões de recursos administrativos e financeiros da instituição de ensino. No artigo 15 da Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996) traz um apontamento sobre a autonomia do sistema de ensino, autonomia que não diz respeito somente a equipe gestora, mas a família e a comunidade:

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”.

O processo da democratização deve ser educacional, ou seja, que todos os envolvidos com o processo tenham a consciência de sua participação, desenvolvam habilidades e competências, para que possam atuar de forma significativa, exercitando a cidadania (LÜCK, 2006).

Segundo Bordignon e Gracindo (2004) a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas, ou seja, a gestão entendida como política nos leva a pensar o que é, e no que consiste a gestão escolar, que em sua categoria educacional representa a coletividade na tomada de decisões. As práticas ou ações que competem a um gestor/diretor deve estar ligado com a equipe pedagógica e tem por função a aprendizagem de todos os educandos, como afirma Paro (2012).

Cabe ao gestor envolver a todos, bem como os pais, professores, alunos e membros da comunidade para que ocorra a gestão democrática. Claro que só haverá interesse dos membros escolares, se houver mudanças educacionais que eles possam enxergar, é preciso enxergar mudanças e melhorias na educação para que todos participem de forma consciente. Assim, os gestores devem despertar nos “atores” a prática do diálogo e refletir democraticamente sobre as melhorias necessárias no âmbito escolar (PARO, 2012).

É de extrema importância que os gestores estejam atentos ao nível de qualidade de ensino, o que reflete em sua gestão do ensino e do processo escolar como um todo. Tratando-se de Educação Pública, é necessário destacar que a gestão não deve buscar interesse próprio, mais sim, visar a participação e desenvolvimento de cada membro e a melhoria do ensino, primando pela responsabilidade social que está diretamente relacionada à qualidade da Educação Pública brasileira. A função social da escola é justamente garantir essa qualidade de ensino, nesse sentido, a qualidade na Educação se faz com aprendizagem significativa, que por sua vez, é o resultado da democratização do ambiente escolar.

Fica claro, a partir de nossa análise, que gestão democrática está diretamente ligada à participação coletiva, e para que isso ocorra, é de dever de a equipe gestora promover situações que favoreçam essa participação. A construção da gestão pode ocorrer de forma negativa se todos os envolvidos não a “construírem” com responsabilidade educacional, já que esses “atores” traçarão a proposta pedagógica da escola.

É preciso haver uma superação das dificuldades de construção coletiva da gestão escolar, assim como Lück (2006) destaca as cinco diferentes formas de participação.

a) a participação como presença, b) a participação como expressão verbal e discussão de ideias, c) a participação como representação, d) a participação como tomada de decisão, e) a participação como engajamento. (LÜCK, 2006, p.35)

Considerando os cinco tipos de participações listados pela autora, vemos que: a “participação como presença” entende-se que o participante pertence a um grupo

social, mas isso não significa que a participação dele é obrigatória ou que a participação é provida de vontade própria, mas muitas vezes essa participação pode ocorrer como uma obrigatoriedade. Essas situações podem ser exemplificadas se analisarmos os professores e funcionários que trabalham em escola como se não houvesse outra alternativa de emprego ou então se observarmos os pais em Associação de Pais e Mestres ou Conselhos Escolares que se limitam a participação ativa, quando deveriam solicitar o que é necessário para a equipe gestora (LÜCK, 2006).

Tomando o item “participação como expressão verbal e discussão de ideias”, observa-se que ele consiste no uso da liberdade de expressão, ou seja, é exercido em um espaço democrático, embora muitas escolas não avancem as ideias discutidas por todos nas reuniões. O item “participação como representação” considera a participação que as ideias, os valores e as sugestões de maneira significativa, pois tem o caráter representativo, buscando sempre a melhoria da qualidade de ensino com o envolvimento da comunidade.

Para a autora (LÜCK, 2006) a “participação como tomada de decisão” implica nas decisões tomadas com todos, como por exemplo os eventos que são promovidos, quem serão os responsáveis por eles, ou até mesmo outras questões, como a as mudanças físicas dos espaços na escola. Quanto à “participação como engajamento” envolve o empenho que o indivíduo tem sobre as decisões, como o oferecimento de ideias, sugestão de ações para determinados problemas, se envolvendo de maneira dinâmica e comprometida. A autora cita também sobre os valores que orientam a ação participativa, envolvendo ética, solidariedade, equidade e compromisso.

Ainda em relação a gestão escolar participativa, Lück (2006) destaca também sobre a participação como prática social:

A ação participativa, como prática social segundo o espírito de equipe, depende de que seja realizada mediante a orientação por certos valores substanciais, como ética, solidariedade, equidade e compromisso [...], sem os quais a participação no contexto da educação perde seu caráter social e pedagógico. (LÜCK, 2006, p. 50)

Com isso, percebe-se que há diferentes formas de se construir a gestão democrática durante a participação. Quando os objetivos da gestão são para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem, as tomadas de decisões devem ser coerentes, já que são previstas para um bem comum.

A democracia no ensino público é um dos princípios constitucionais, por isso é indispensável enxergar como uma gestão democrática favorece a qualidade do ensino. Segundo Paro (2007) para que haja qualidade no ensino, é preciso ter Educação para a democracia, pois assim, seremos também educados para um sistema pertencente a todos.

Considerar o educando como o centro do processo de escolarização e adequar os conteúdos de acordo com as particularidades de cada um, envolve promover a democracia

no ensino, além de enriquecer e contribuir para a formação integral do cidadão. Nas palavras de Paro:

Certamente, não se trata de voltar-se contra os conteúdos das disciplinas que usualmente compõem os currículos, e sim de valorizar esses conteúdos, mas fazê-lo de acordo com sua contribuição para a formação integral, superando a função meramente “credencialista”, na qual se tem pautado o ensino básico. (PARO, 2007, p. 34)

Nesse sentido, cada instituição escolar pública tem o papel de estabelecer uma Educação que tenha como ponto de partida o contexto social de todos, ou seja, que seja significativo e pertencente aquela determinada realidade e comunidade escolar, visando a democratização do ensino de qualidade. Ao tratarmos de qualidade de Educação, nos referimos a formação cidadã e não apenas na aprendizagem de conteúdo, pois assim se estabelece uma forma democrática na construção do conhecimento. Paro (2007) ressalta ainda que as pessoas relacionam qualidade de ensino com quantidade de conteúdo, quando na verdade, qualidade na Educação está diretamente atrelada ao processo de formar alunos que sejam cidadãos críticos, capazes de refletir e opinar.

Nos sistemas de ensino, a gestão escolar vai além de uma simples organização do trabalho pedagógico, pois a busca pela melhoria da qualidade de ensino precisa ser um objetivo contínuo, progressivo e baseado na situação sociocultural da instituição de ensino, para que assim sejam formados cidadãos participativos na sociedade contemporânea.

Hora (1994) afirma que o poder público entende como democracia no ensino, acesso e permanência do aluno na escola, por esse motivo, os órgãos oficiais criam programas cujo objetivo é ampliar número de vagas e construir salas de aula e escolas para atenderem a demanda da população. No entanto, outras condições que também são necessárias, acabam sendo deixadas de lado, pois o investimento em recursos pedagógicos e espaço físico para o desenvolvimento e qualidade do ensino são descartadas. Portanto, democratização não é apenas possibilitar o acesso e aumentar o número de vagas para os alunos, mas é também oferecer qualidade no processo educacional para que essa permanência seja satisfatória.

Para Lück (2013), uma escola que não obtém bons resultados, não pode ser considerada democrática, pois a participação influencia para que o empenho dos alunos seja satisfatório, sendo assim, uma escola que não é democrática não é para todos, portanto, a comunidade escolar como um todo e especialmente o professor precisa organizar formas de desenvolver o potencial do aluno, envolvendo o mesmo em participações ativas, assim “com essa prática, do ponto de vista do aluno, ocorre a democratização da escola, tanto em relação a seu processo como em relação aos seus resultados, pois o aluno é levado ao sucesso escolar.” (LÜCK, 2013, p. 59).

A qualidade de ensino é algo que deve ser universal, mas deve estar pautada no objetivo de cada organização, seja ela pública ou privada. Mezomo (1994) afirma que a qualidade de ensino está relacionada a plena realização e missão da organização. Os

sistemas de ensino devem, portanto, ser os grandes financiadores das condições reais para que o processo de ensino seja o melhor possível.

Nesse sentido a qualidade tem grande participação da comunidade, principalmente dos pais, que indagam sobre a aprendizagem de seus filhos. É importante que os docentes despertem nos alunos a busca por maiores conhecimentos.

Gomes (1992) afirma que a Educação pública deve ser gratuita a todos, o que não significa que haverá uma qualidade de ensino democrático, em que todos terão um mesmo ensino, pois embora as legislações e os documentos nacionais assegurem o direito ao acesso e a permanência dos alunos nas escolas, isso não significa que o estudante frequentará uma escola democrática com profissionais empenhados em oferecer uma educação de qualidade.

É importante entender que as instituições de ensino devem socializar, divulgar o processo de ensino de qualidade, conscientizando, promovendo o acompanhamento do processo de ensino. Neste sentido, nos dias atuais uma das formas possíveis para acompanhar esse processo ocorre por meio de índices promovidos pelas avaliações externas que ocorrem junto aos sistemas de ensino, especialmente aqueles trazidos pelo SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica).

Para Demo (1994) Educação é o indicador de qualidade, mas não tem a ver somente com normas, regras, ou instruções, mas sim com formação humana. Isto significa que o ensino de qualidade está relacionado a aprender saber/pensar. Tudo isto demonstra que a qualidade de ensino não está relacionada à quantidade de alunos, ao nível de aprovação, mas sim com a qualidade do que foi ensinado.

Mais uma vez o papel da escola é muito importante, assim como os gestores, que por sua vez devem impulsionar a comunidade a participar do processo. Por isso é de extrema importância uma gestão democrática, que inova, direciona, em que há uma liderança positiva. A gestão deve dar autonomia aos estudantes, tornando-os autores principais da sua aprendizagem.

Nesse sentido, Oliveira (1995) afirma que a qualidade de ensino se assegura pela democratização, a participação e permanência dos discentes, a qualidade de docentes, a participação da comunidade e por ações do Projeto Político Pedagógico.

Finalmente, em razão de todo o exposto, percebe-se que a participação e a democratização corroboram para que um ensino de qualidade seja oferecido nas escolas. Essa participação se constitui a partir de contribuições coletivas que envolvem tanto a escola, como a comunidade local. Para o desenvolvimento de uma gestão democrática e para que essa união seja efetivada, é preciso que a comunidade se envolva também na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO

Devemos destacar que o Projeto Político Pedagógico (PPP) é conhecido também como Plano Diretor, Proposta Pedagógica, Projeto Pedagógico, Projeto Pedagógico Curricular, entre outras nomenclaturas relacionadas as propostas ou projetos estabelecidos no currículo da escola.

O PPP busca uma construção de identidade, necessitando que todos os cidadãos participem criticamente da elaboração das propostas pedagógicas, pois assim, todos poderão contribuir para o bem maior da comunidade escolar. Então podemos afirmar que o PPP é a construção democrática das metas a serem atingidas na escola. Para Veiga (2011):

Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamos para diante, com base no que temos, buscamos o possível. Nessa perspectiva, o projeto-político-pedagógico vai além de um simples argumento de planos de ensino e de atividades diversas (VEIGA, 2011, p. 12).

O PPP tem grandes implicações quando se trata da qualidade de ensino, pois está relacionado aos interesses dos profissionais e da comunidade escolar, reflete os interesses da escola, traz em seu interior, muito mais que apenas planos de ensino ou caracterização da escola, mas objetivos que se quer atingir e os desafios a serem superados diante a realidade social e pedagógica.

A construção do PPP possibilita a descentralização nas tomadas de decisões, o que permite a participação da equipe escolar e da comunidade, estabelecendo a democracia na instituição. Esse documento atribui aos envolvidos o empoderamento do direito à participação e autonomia, dando voz a todos os colaboradores dessa construção.

O currículo escolar e o Projeto Político Pedagógico são ferramentas interligadas devido suas articulações, pois organizam as propostas socioeducacionais. É importante que o currículo escolar esteja inserido dentro do PPP, pois ambos representam a realidade da escola. O currículo organiza os conteúdos pedagógicos do sistema de ensino, trazendo as características, a diversidade e a realidade da comunidade escolar, buscando representar os diferentes interesses dentro da escola, por isso é importante a articulação do currículo com o PPP, pois buscam organizar todo trabalho pedagógico, o que resulta em uma boa qualidade de ensino. O currículo também busca respeitar os alunos integralmente, trazendo consigo a consideração social, cultural e individual do educando.

(...) o currículo também produz e organiza identidades culturais, de gênero, identidades racionais, sexuais (...) O currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz (SILVA, 1999, p. 7).

O PPP em sua totalidade, deve priorizar o estudante como sujeito histórico, real, pois ele faz parte do processo educacional, sendo um cidadão importante, que está desenvolvendo seu pensamento crítico em relação a essa prática. O PPP deve ser um

conjunto de ações que pensa na função social da escola, nas palavras de Vale (1999, p. 71), [...] “é preciso entender que o projeto, ao questionar o presente, torna-se referencial crítico da atual realidade” [...]. Assim, a função do Projeto Político Pedagógico é organizar e orientar o futuro da escola, projetando um ensino de qualidade, que garanta aos estudantes a sua participação efetiva como um cidadão de direitos e deveres na sociedade.

Diante disso, podemos destacar que os conteúdos presentes na proposta pedagógica, por si só não provocam o senso crítico de sua realidade, não há influência sobre economia e sociedade. Visto isso, a seleção dos conteúdos não deve ser desinteressada, devem pertencer à um currículo cultural, que se preocupa com a formação cidadã em sua totalidade. Sacristán e Pérez Gomes (1998), dizem que os estudos devem obedecer a um objetivo, o estudo é mais que meras reproduções, antes, é preciso entender as relações, o que isso provoca na sociedade, deve ser um conteúdo organizado no PPP de forma intencional.

Os conteúdos refletem a influência dos professores, o professor é visto como agente histórico desse processo, cabendo a eles também a responsabilidade de transformar a realidade social e por isso a importância dos estudos sistematizados, interligados, assimilados a inovações. Dessa forma, enxergar o aluno também como agente histórico é importante, pois essa ligação entre ambos traz valores significativos para a Educação.

Apesar da escola obedecer a um sistema de ensino, ela deve refletir seu próprio PPP, ou seja, tem o dever de defender os interesses da comunidade, interesses sociais, culturais, afetivos, estéticos, interesses esses que fazem com que aquela escola seja única, então a sua proposta pedagógica também é única, o que torna a escola um espaço exclusivo, onde os objetivos são pensados e repensados em prol da melhoria da qualidade da instituição em todos os aspectos.

A qualidade de ensino na Educação, como já visto, é uma garantia constitucional e o PPP reforça essa garantia na escola, preservando o conteúdo pedagógico e as questões sociais. O PPP e suas contribuições para o ensino de qualidade começa pelo diagnóstico da realidade de cada instituição de ensino, pois é preciso conhecê-la para que os diagnósticos e as metas sejam propostos. Isso pode ser um desafio para muitas escolas, mas conhecer a comunidade escolar é muito importante, pois os desafios a serem superados levam a indagar possíveis soluções.

Pode-se dizer que o PPP é a expressão dos direitos humanos, neste caso, representa os interesses de todos os envolvidos, pois todas as propostas refletem na Educação a ser oferecida. Mas ainda há uma fragilidade nesse contexto, principalmente em relação a construção do PPP, pois muitos colaboradores têm apresentado desinteresse pela participação, que por sua vez, deveriam também expor seus interesses para o melhor funcionamento da instituição.

O PPP tem a intenção de fazer o ideal se tornar real, e construí-lo, significa dar sentido as propostas estabelecidas que modificarão a realidade educativa para melhor.

Trazer ideias e projetos que transformarão esse contexto, pode causar desafios entre os envolvidos com a escola, pois compartilhar ideias no coletivo pode ocorrer divergências, por isso é necessário que a equipe gestora faça mediações no processo de construção democrática do PPP.

Construir o PPP no presente é planejar o futuro, enxergando os erros do passado e projetando melhorias para a escola. Dessa forma, o PPP nunca está acabado, sempre passará pelas mudanças necessárias de maneira constante. Antes de tudo, o PPP representa o coletivo escolar e suas ações educativas, apresentando a forma como está organizada.

A Educação é vista como mudança social e a construção do PPP contribui para que isso ocorra de fato. Ter a Educação como fator revolucionário, desperta o senso crítico e faz com que haja a busca pelos direitos. Assim, o PPP garante a comunidade que todos deverão ter acesso à Educação e a construção dela. Mas para que todas as propostas estabelecidas dentro da escola aconteçam de forma efetiva ao longo do tempo, é necessário também compreender o papel de cada um nesse processo.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: COMO FAZER E O QUE FAZER?

O Projeto Político Pedagógico é o documento que traz as utopias, os desejos de realização de uma educação de qualidade dentro do âmbito educacional, mas como essas propostas precisam ser significativas para todos os envolvidos com a escola, é necessário que a construção desse documento seja de forma democrática, respeitando a realidade social da comunidade a qual a escola está inserida, para que todos possam enxergar-se dentro das propostas pedagógicas e sociais estabelecidas (VEIGA, 2011).

Assim como previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 e Constituição Federal de 1988, as propostas pedagógicas precisam ser estabelecidas dentro das instituições de ensino, com base nos princípios democráticos. Esses princípios precisam respeitar a pluralidade de ideias e a diversidade social, para que assim, todos possam estar conscientes e de acordo conforme os objetivos das propostas de ensino (BRASIL, 1988).

Toda escola necessita de uma proposta pedagógica que a norteie, pois, nenhuma instituição de ensino inicia suas atividades sem conhecer seu público alvo, nem tampouco os tipos de projetos que serão desenvolvidos naquele contexto educacional. As instituições de ensino precisam traçar suas propostas para que os objetivos estabelecidos sejam alcançados, mas para que essas metas sejam concretizadas, é necessário que os “atores” envolvidos estejam engajados ao construir juntos a proposta pedagógica da escola, pois um bom PPP é aquele que propõe metas significativas, que atingirão de maneira positiva a comunidade escolar, buscando sempre as novas possibilidades de melhoria

social, física e pedagógica.

Segundo Veiga (2011), esses “atores” que participam da construção democrática do PPP são todos os envolvidos com a instituição de ensino, tais como: os alunos, funcionários, comunidade, equipe gestora e demais colegiados existentes na unidade escolar. Todos precisam participar, mesmo aqueles que não executam diretamente parte dos serviços pedagógicos ou burocráticos da escola.

O projeto político-pedagógico, ao mesmo tempo em que exige dos educadores, funcionários, alunos e pais a definição clara do tipo de escola que tentam, requer a definição de fins. Assim, todos deverão definir o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar. As ações específicas para a obtenção desses fins são meios. Essa distinção clara entre fins e meios é essencial para a construção do projeto político-pedagógico (VEIGA, 2011, p. 17).

Nesse sentido, o PPP visa contribuir para que a democracia seja estabelecida dentro das unidades escolares, além de propiciar uma autonomia própria, que fará da instituição uma unidade que busca suas próprias características, como sua identidade, seus desafios, sua realidade, seus diagnósticos e suas metas almejadas. Mas para que o PPP seja construído com base nesses valores sociais, não há nada melhor que a participação efetiva de todos os envolvidos.

Segundo Veiga (2011), a organização do trabalho pedagógico na escola está relacionado à sociedade, ou seja, a instituição de ensino é considerada também como uma instituição social, que tem como função propor metas e ações para atender as demandas da comunidade escolar, sendo assim, essas propostas devem ser construídas com base nos princípios que norteiam a construção do PPP na escola. Esses princípios são baseados na igualdade, qualidade, liberdade, democracia e valorização dos professores.

É evidente que cada instituição escolar possui suas especificidades próprias, sendo assim, cada escola deverá traçar a construção de seu próprio PPP, levando em consideração toda a estrutura organizacional e necessidades locais. Para que o PPP seja construído de acordo com a realidade social, é preciso tempo para que os professores possam conhecer a realidade de seus alunos e o que estão aprendendo, ou seja, vemos que essa construção demanda um processo contínuo para ser concretizado (VEIGA, 2011).

As instituições de ensino não podem simplesmente “criar” um PPP para que o cumprimento de normas burocráticas dos departamentos superiores de educação seja concluído e depois engavetado, mas a proposta pedagógica deve ser construída e reconstruída quando necessário, conforme as necessidades pedagógicas e sociais da escola, respeitando a pluralidade e trazendo sempre novas possibilidades para a educação, visando a implantação e implementação de objetivos a serem alcançados.

Diante a implementação do PPP, mesmo sendo um desafio, não pode ser um documento engessado e sem transformações decorrentes, tudo o que for proposto para

a escola, precisa ser avaliado e reavaliado constantemente, pois as metas estabelecidas em uma determinada época, poderão não ser mais necessárias futuramente, visto que um diagnóstico feito no passado, poderá já ter sido solucionado no futuro. Nas palavras de Veiga (2011):

Não restam dúvidas de que articular, elaborar e construir um projeto pedagógico próprio, implementando-o e aperfeiçoando-o constantemente – ao envolver de forma criativa e prazerosa os vários segmentos da comunidade escolar, com suas respectivas competências, num processo coletivo -, é um grande desafio. E o é em razão da necessidade e das expectativas pela melhoria da qualidade dos serviços educacionais e dos resultados desses serviços (VEIGA, 2011, p. 48).

Diante da afirmação de Veiga (2011) sobre os desafios encontrados, podemos dizer que quando falamos das famílias e comunidades envolvidas com a construção do PPP nas instituições da rede de ensino pública, cabe à escola proporcionar um ambiente convidativo para que seus integrantes possam contribuir nas tomadas de decisões, configurando, dessa forma, uma gestão democrática que valoriza a liberdade do diálogo, o que também influenciará na qualidade de ensino proposta pela escola.

O princípio da construção do PPP deve ocorrer através de ações propostas pela própria instituição de ensino, ações essas que podem ser realizadas dentro ou fora da escola, tendo como objetivo envolvê-los em uma participação significativa nas diferentes práticas ocorridas dentro da instituição (VEIGA, 2011). Os momentos de reuniões e eventos podem ser mais propícios para que haja essa integração dos familiares, levando-os a conscientização de que as propostas pedagógicas existem e que eles são acolhidos e respeitados em sua realidade.

Os familiares dos estudantes precisam ser críticos e atuantes, enxergando que o papel deles também é fundamental para as propostas pedagógicas da instituição. Cabe aos familiares entender que a escola compreende a realidade social da comunidade de maneira geral, por isso precisam aperfeiçoar cada vez mais sobre as especificidades da comunidade local, visto isso, a unidade escolar precisa trazer mais para si as necessidades dos familiares e estudantes.

É importante estabelecer a parceria entre a escola e comunidade, já que o modo como ela se organiza determinará onde pretende-se chegar. Segundo Lück (2006) para obter essa parceria é importante ter a participação de todos, assim fortalecendo as relações não apenas entre aluno e professor, mas também pais e alunos, famílias e professores, comunidade e gestão, em que todos os envolvidos buscam construir o melhor para Educação.

É comum presenciarmos as mais diversas dificuldades na construção do PPP no contexto escolar, inclusive os professores, mas, nesse caso, a equipe gestora tem o papel fundamental de promover condições significativas para que o andamento do processo de construção da proposta pedagógica ocorra de maneira participativa e democrática. Essas dificuldades necessitam ser sanadas, visto que as metas e propostas precisam ser

levantadas para que a escola possa dar seguimento às suas práticas.

Todos precisam ter acesso a proposta pedagógica quando necessário, sendo assim, a comunidade escolar também tem um papel fundamental nesse processo, que é o de contribuir para a formação dos estudantes em todos os aspectos. Mas, o que ocorre, infelizmente, é que muitas comunidades escolares não se interessam por participar da construção coletiva do PPP, portanto, cabe a equipe gestora contribuir para que as famílias se articulem à escola.

O coordenador pedagógico (CP) é o profissional que se responsabiliza pela coordenação pedagógica, articulando a democratização no ensino, tendo o papel fundamental na articulação entre as questões pedagógicas e os demais setores da escola. Desta forma, o CP supervisiona, orienta e acompanha os professores e a aprendizagem dos alunos. Para isso, o CP deve organizar e inserir todas essas informações dentro do PPP, reavaliando junto com os professores os resultados obtidos (LÜCK, 2009).

O coordenador cria possibilidades para que o corpo docente da escola possa refletir sobre suas próprias práticas, incentivando o trabalho coletivo e contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino. Os professores precisam ser ouvidos pelo CP, bem como suas angústias e anseios das propostas estabelecidas para que a organização do trabalho pedagógico seja inserida claramente no PPP. A construção do PPP se insere como uma das importantes funções do coordenador pedagógico, pois ele não deve apenas incentivar que todos participem da elaboração, mas também possibilitar espaços para que as discussões acerca das propostas aconteçam de fato.

A gestão pedagógica é uma das dimensões da gestão escolar que deve ser orientada não só pelo diretor, mas também pelo CP que articula diretamente o trabalho pedagógico com os professores. Segundo Lück (2009) a gestão pedagógica norteia as ações que contribuem para a aprendizagem e formação dos estudantes, estabelecendo as propostas educacionais. Sendo assim, o coordenador pedagógico precisa propiciar a reflexão do trabalho desenvolvido pelos professores, para que possam também construir o PPP da escola a partir dessas ações.

Segundo Lück (2009), em uma gestão escolar, o diretor é um líder que organiza e orienta o trabalho de todos, o que precisa refletir na aprendizagem e na formação dos educandos da maneira mais qualitativa possível. Frente a isso, a autora faz vários questionamentos acerca da função do diretor escolar em relação a organização das propostas pedagógicas e também ressalta que essas questões precisam ser refletidas por todos os educadores e comunidade, não somente pelo diretor, pois todos contribuem para o norteamento do trabalho escolar sob a liderança e participação da equipe gestora.

Segundo Maia e Costa (2013), a direção juntamente com a equipe pedagógica, tem a função de promover situações para a reflexão coletiva do PPP, criando estratégias para a participação coletiva, organizando o trabalho pedagógico para que a comunidade escolar compreenda os desafios educacionais enfrentados pelos profissionais, pois assim, todos

estarão envolvidos de fato com a proposta da escola.

A comunidade deve estar preparada criticamente para ter asseguradas as condições de sua participação, de modo a possibilitar a análise e a reflexão da prática educativa no cotidiano de ações e a avaliação contínua do projeto educacional. Esse exercício exige uma visão democratizadora dos dirigentes escolares (MAIA e COSTA, p. 94).

O diretor precisa ter a capacidade para lidar com a complicação humana e institucional frente ao trabalho. Sendo assim, desenvolve um repertório de ideias para as ações na educação, principalmente para a construção democrática do PPP. A competência básica do diretor escolar é aproximar a comunidade da escola, deixando claro que o papel das famílias é também significativo na educação e na função social da escola.

Lück (2009), ainda ressalta que além de toda essa prática, o diretor escolar deve conhecer os princípios normativos para que o desenvolvimento do conhecimento se aprofunde com o objetivo de influenciar de maneira positiva a atuação de todos no ambiente escolar, além disso, o diretor sendo um líder, precisa garantir que a instituição esteja de acordo com as legislações nacionais. O PPP deve ser o documento que confirma o cumprimento das normatizações de maneira em que sua construção seja consolidada, assim como prevê as legislações vigentes.

Vimos que a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico não é uma tarefa nada fácil, visto que esse processo demanda tempo e dedicação por parte de todos na comunidade e na escola. O diretor e a equipe gestora precisa articular a comunidade e os profissionais para que todos possam chegar a um consenso, trazendo as angústias e necessidades que precisam ser resolvidas para o bem maior da instituição de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os documentos analisados, vimos que a gestão democrática da Educação brasileira passou por vários processos históricos, que se modificou ao decorrer dos anos em virtude das legislações que nortearam e contribuíram para a democratização do sistema de ensino público. A gestão escolar democrática demorou a ser solidificada na forma da lei, mas com as reivindicações de educadores no passado, as conquistas de uma Educação para todos se tornaram possível.

A gestão democrática visa mobilizar todos os integrantes de sua equipe para que possam atuar de forma ativa, contribuindo para que a instituição de ensino atenda a realidade social dos estudantes e da comunidade de maneira significativa. A escola precisa fazer a diferença para a comunidade escolar, promovendo o empoderamento das famílias e dos alunos na participação coletiva.

Observamos que a participação de toda a equipe no processo educacional é fundamental para a descentralização do ensino, visto que uma gestão democrática não se faz apenas com a participação de um segmento da escola. Pudemos verificar que a

participação coletiva resulta na qualidade de ensino na escola, pois quando os familiares e os estudantes participam das tomadas de decisões, o rendimento escolar se torna significativo e conseqüentemente, produtivo.

Foi possível verificar que qualidade de ensino na escola está relacionada a democracia estabelecida dentro dela, pois os conteúdos estudados precisam estar atrelados a realidade sociocultural dos estudantes. A democracia coloca o estudante como o centro do processo de escolarização, além disso, contribui para o enriquecimento da formação integral de um cidadão crítico. Sendo assim, se torna evidente que a qualidade de ensino não é apenas garantir o acesso e a permanência do estudante na escola, mas sim oferecer possibilidades para que os educandos tenham acesso a um currículo significativo.

Verificamos também que o PPP não pode ser construído apenas com a intenção de uma aprovação dos departamentos superiores de Educação, em vez disso, precisam criar suas propostas para que a escola possa chegar a um patamar elevado em qualidade, o que será evidente mediante os resultados educacionais. O PPP sendo um documento que necessita de constantes transformações pelo coletivo escolar, estabelece por sua vez a democracia na instituição de ensino. Também foi possível verificar nos referenciais teóricos presentes, o papel dos envolvidos no processo de construção democrática do PPP. Todos são responsáveis, desde a gestão até a comunidade escolar.

À comunidade cabe o papel de participar de reuniões, acompanhar o processo educacional dos estudantes, ter voz e vez no processo educativo e articular suas especificidades no PPP da escola. As famílias devem entender que a escola e a comunidade precisam trabalhar em parceria. Os estudantes precisam compreender que eles são protagonistas na escola em que estudam, portanto, podem participar de conselhos escolares ou equivalentes, para que então a equipe gestora possa ouvi-los constantemente. Sendo assim, a comunidade e os estudantes precisam enxergar-se dentro do PPP da escola.

Os professores devem conhecer a realidade social na qual a escola se encontra, tendo como ponto de partida a harmonização do ensino com a realidade próxima dos estudantes, construindo projetos, executando trabalhos colaborativos e discutindo nas reuniões pedagógicas as ações que podem melhorar o trabalho docente. Em relação a todos os integrantes da equipe escolar, mesmo os que não estão diretamente ligados as questões pedagógicas ou administrativas também devem participar, opinando e debatendo ações que contribuem para a melhoria e organização dos espaços.

A equipe gestora precisa promover ações para que as famílias se adentrem a instituição de ensino, sendo assim, o diretor de escola lidera o trabalho de toda a equipe, organizando e orientando todos os profissionais e pessoas envolvidas com a escola. O diretor também desenvolve ações para a Educação e para construção do PPP, garantindo que a instituição de ensino esteja dentro das normas administrativas e pedagógicas.

Ao coordenador pedagógico cabe a função de promover reflexões acerca do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores. O CP tem como uma de suas principais funções a elaboração do PPP, pois ele é quem deve possibilitar situações para que as ações pedagógicas sejam debatidas e organizadas na escola.

Por fim, entende-se que o PPP e a gestão escolar democrática são conceitos indissociáveis, visto que o PPP precisa ser construído coletivamente, respeitando a todos, a liberdade de expressão, pautando-se na democracia. Esse documento norteador, por sua vez, contribui para que a democracia seja estabelecida dentro das instituições de ensino, visto que os projetos e as propostas pedagógicas estabelecidas na escola precisam estar em comum acordo com todos os envolvidos no processo de construção do PPP.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. C. **Gestão democrática da educação: a posição dos docentes**. PPGE/UnB. Brasília. Dissertação de Mestrado, 2000.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. **Gestão da educação: o município e a escola**. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 147-176.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1934.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 4.024/1961.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394/1996.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. Campinas: Papyrus, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, C. A.; SOBRINHO, J. A. **Qualidade, eficiência e equidade na educação básica**. Brasília: IPEA, 1992.

HORA, D. L. **Gestão democrática na escola**. São Paulo: Papyrus, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 2008.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. - Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

MAIA, B. P. e COSTA, M. T. A. **Os desafios e as superações na construção coletiva do Projeto Político Pedagógico**. - Curitiba: InterSaberes, 2013.

MEZOMO, J. C. **Gestão da qualidade na escola: princípios básicos**. São Paulo: Terra, 1994.

OLIVEIRA, L. M. (Org.) **Qualidade em educação: um debate necessário**. Passo Fundo: Universidade. Educação Básica. Série Interinstitucional, 1995.

PARO, V. H. Gestão da escola pública: a participação da comunidade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 73, n. 174, p. 255-290, maio/ago. 1992.

PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2012.

SACRISTÁN, J. G. e GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. 4.ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SILVA, T. T. **O currículo como fetiche**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VALE, J. M. F. “Projeto político-pedagógico como instrumento de transformação do contexto escolar”. In: BICUDO, M.A.V. e SILVA JÚNIOR, C.A. da (orgs.). **Formação do educador e avaliação educacional: Conferências, mesas-redondas**, vol. 1. São Paulo: Edunesp, 1999.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação experimental 2, 8

Adolescente 11, 15, 24, 25, 207, 208

Ambiente 1, 2, 3, 10, 11, 13, 14, 18, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 37, 55, 57, 65, 67, 82, 83, 88, 93, 96, 97, 102, 159, 172, 175, 205, 208, 220, 229

Avanços 25, 33, 75, 110, 111, 118, 134, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 177, 178, 179, 181, 184, 217, 227

B

Bibliometria 106, 107, 108, 112, 113, 124

C

Campo Educacional 106, 108, 133, 139, 140, 141, 145, 220

Capitalismo 166, 168, 187, 211, 212, 213, 214, 215, 216

Cinema 149, 150, 151, 153, 199, 200, 201, 203

Clima organizacional 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 91, 93, 94

D

Desafios 50, 52, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 106, 108, 123, 127, 128, 139, 140, 144, 145, 147, 169, 170, 171, 173, 175, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 210, 216

Desenvolvimento 13, 14, 16, 19, 20, 21, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 57, 59, 60, 67, 75, 76, 78, 79, 80, 83, 88, 95, 100, 101, 103, 104, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 139, 141, 144, 148, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 179, 181, 183, 185, 199, 201, 202, 203, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 223, 227, 231

Direito à educação 54, 137, 177, 178, 180, 182, 183, 184, 211, 212, 213, 214

Docentes 19, 60, 69, 85, 104, 112, 113, 115, 117, 120, 170, 200, 203, 207, 208, 224, 228, 229

E

EAD 166, 167, 199, 200, 201, 202, 203

Educação 11, 1, 2, 3, 5, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 34, 37, 39, 40, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 157, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221,

222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Educação 4.0 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113

Educação de jovens e adultos 11, 15, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 197

Educação escolar 50, 54, 55, 177, 180, 182, 183, 184

Educação para a paz 128, 131, 134, 136, 137

Educação Patrimonial 95, 101, 103, 104, 105

Educação Profissional 180, 181, 182, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197

Educação Superior 77, 79, 94, 169, 170, 171, 175, 188, 193, 194, 195, 197, 198, 206

Enfermagem 14, 205, 206, 207

Ensino 3, 8, 9, 17, 18, 19, 20, 24, 26, 27, 29, 40, 43, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 101, 103, 107, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 122, 123, 127, 150, 162, 163, 165, 166, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 219, 222, 223, 224, 226, 227, 229, 231

Ensino Superior 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 101, 112, 115, 116, 166, 170, 176, 187, 188, 189, 190, 193, 195, 197, 210, 231

Envelhecimento 20, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

Escola 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 43, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 95, 96, 98, 102, 103, 110, 127, 132, 133, 139, 140, 152, 157, 162, 163, 164, 165, 166, 183, 187, 188, 190, 192, 196, 197, 205, 207, 208, 209, 224, 228

escolar 1, 2, 8, 9, 11, 13, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 34, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 95, 98, 102, 103, 104, 105, 126, 148, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 196, 206, 216, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231

Escolar 16, 20, 21, 48, 55, 79, 155, 157, 158, 164, 168, 185, 224, 227, 228

Espaços escolarizados 2, 3

Estudantes da rede pública 71

Éthos organizacional 37, 41, 44, 46

Extensão 4, 21, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 149, 150, 151, 178, 205, 206, 207, 208, 209, 210

F

Forma escolar 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168

G

Gerencialismo 219, 220, 222, 223, 227, 229, 230

Gestão democrática 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 67, 69, 70

Gestão do conhecimento 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Gestão universitária 20, 79, 123, 210

H

História oral 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148

I

Impedimentos 71, 75

Inclusão 17, 18, 20, 37, 38, 39, 42, 43, 46, 47, 104, 137, 149, 150, 151, 168, 187, 188, 189, 190, 197, 214

Inclusão Social 137, 149, 150

Indústria 4.0 106, 107, 108, 110

Ingresso 53, 71, 73, 75, 76, 77, 121, 188

Interface 18, 21, 125, 126, 127, 134

M

Medicina na arte 149

N

Neurociências 114, 115, 119, 120, 121, 123

P

Parceria Público-Privada 219, 222, 223, 224, 225, 226, 228

Participação 24, 39, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 74, 83, 88, 89, 91, 93, 94, 99, 116, 117, 119, 120, 121, 159, 195, 207, 209

Pedagogia 11, 37, 38, 39, 43, 46, 47, 69, 122, 125, 126, 127, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 148, 163, 169, 186, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Pedagogia Empresarial 37, 38, 43, 46, 47, 199

Pedagogia Jornalística 199, 200, 201, 202, 203

Pedagogia Social 125, 126, 127, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Pesquisa 1, 2, 3, 4, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 34, 36, 37, 48, 51, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 122, 125, 127, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 166, 168, 182, 185, 186, 187, 201, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 224, 229, 231

Políticas educativas 192

Políticas Sociais 119, 186, 187, 196

Práxis 38

Projeto Autonomia Carioca 219, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230

Projeto Político Pedagógico 48, 49, 54, 60, 61, 62, 63, 67, 69, 70

Promoção da saúde 18, 149, 150

Q

Qualidade de ensino 48, 50, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 68, 229

R

Resiliência 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

S

Socialização pedagógica 155, 156, 159, 162, 167

Sociedade 1, 2, 13, 16, 25, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 42, 43, 46, 59, 62, 64, 72, 77, 79, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 142, 148, 149, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 177, 182, 183, 184, 192, 199, 202, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 226, 228

Sociedade de controle 155, 156, 164, 165, 167, 168

T

Técnicas 1, 4, 9, 34, 37, 38, 40, 43, 46, 108, 116, 142, 144, 159, 162, 164, 166, 170, 171, 193, 199, 200, 201, 202, 203, 208, 220

U

Universidade 1, 4, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 22, 34, 37, 48, 70, 71, 75, 76, 77, 79, 85, 89, 95, 106, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 122, 123, 137, 139, 140, 149, 151, 169, 176, 178, 188, 194, 197, 198, 199, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 214, 231

V

Violência 15, 16, 18, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 160, 187, 206, 207, 208

Violência Doméstica 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

7

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

7

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020